

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Ione Marli da Costa Von Diemen

INCLUSÃO E REFORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Santa Cruz do Sul

2015

IONE MARLI DA COSTA VON DIEMEN

Inclusão e reformulação do Projeto Político Pedagógico

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Professor: Dr. Alexandre Silva Virginio

SANTA CRUZ DO SUL

2015

RESUMO

O presente trabalho de conclusão refere-se às ações colocadas em prática em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental no município de Encruzilhada do Sul, no decorrer de 2014 e primeiro semestre de 2015. Tais ações foram desenvolvidas com o objetivo de construir as adaptações necessárias na reorganização do Projeto Político Pedagógico da escola, dentro dos princípios da gestão democrática e numa perspectiva de educação inclusiva. Mais especificamente, procurou-se incentivar a formação dos envolvidos, para que percebam as potencialidades de cada aluno, atendendo suas especificidades e que isso contribua para a melhoria na qualidade do ensino. Foi utilizada a pesquisa-ação como metodologia e como forma de intervir na prática do cotidiano escolar. O uso de questionários e de entrevistas permitiu a apreensão de informações importantes para o desenvolvimento do trabalho. Os principais autores que serviram de referência ao embasamento teórico foram: Carvalho (2014), Galina (2014), Mantoan e Prieto (2006) e Veiga (2013). Evidenciou-se, ainda, a necessidade de conhecer melhor a legislação a respeito da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular, principalmente pelos representantes do Conselho Escolar. Ao final, o conjunto dos professores concluiu que há necessidade de articular e adequar os planos de ensino, os planos de aula e a avaliação com o Projeto Político Pedagógico, ora reformulado. Os professores que participaram dos encontros mostraram-se motivados a realizar cursos de formação na área da inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Projeto Político Pedagógico. Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 DIREITO À EDUCAÇÃO	5
2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.....	6
2.3 ESCOLA INCLUSIVA.....	8
2.4 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES.....	10
2.5 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	11
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	14
4 AÇÕES ANALISADAS	16
4.1 REALIZAÇÃO DE ENCONTROS COM OS PROFESSORES	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21
APÊNDICES	23

1 INTRODUÇÃO

Observa-se que a inclusão no Brasil, embora contemplada na legislação através da Constituição Federal (1998), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 e da Lei 10.098/2000, ainda tem um longo caminho a percorrer, pois constata-se que a escola pública enfrenta muitas dificuldades para a sua efetivação.

A preocupação com a crescente matrícula de alunos portadores de necessidades educacionais especiais na escola em que atuo e a constatação de que os professores não recebem uma formação específica na área da inclusão, levou-me a escolher este foco no presente estudo. Este tem como objetivo principal a reformulação do Projeto Político Pedagógico da escola, construído a partir dos fundamentos da Gestão Democrática, especialmente no item dedicado à inclusão escolar.

No capítulo Referencial Teórico aborda-se o direito à educação, a gestão democrática, o projeto político-pedagógico e a escola inclusiva, com base, principalmente, nos autores: Carvalho (2014), Galina (2014), Mantoan e Prieto (2006) e Veiga (2013).

Na Metodologia, enfatiza-se a pesquisa-ação como principal método de pesquisa, pois quando as pessoas envolvidas fazem parte do processo e nele participam ativamente, a mudança se torna mais efetiva. Como técnicas de pesquisa utilizou-se questionários e entrevistas semiestruturadas com a comunidade escolar, reuniões com professores e membros do Conselho Escolar para informação e reflexão acerca do tema, bem como a construção do texto para o Projeto Político Pedagógico da escola, contemplando a inclusão.

Na Análise das Ações apresentam-se as metas estabelecidas no Projeto de Intervenção, interpretando-as conforme os autores que subsidiaram os trabalhos. Considerando a importância da atualização do professor, foi buscado, através das ações desenvolvidas, motivá-los a participarem de cursos de formação na área da educação inclusiva.

Nas Considerações Finais, enfocam-se algumas ideias e questões consideradas importantes no trabalho, onde se salienta que o grupo concluiu que há necessidade de articular e adequar os planos de ensino, os planos de aula e a avaliação do aluno com o Projeto Político Pedagógico, ora reformulado, dando maior atenção aos portadores de necessidades educacionais especiais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais a seguir constituem o embasamento legal e teórico para as análises que serão apresentadas, selecionados a partir dos princípios da gestão democrática escolar, que orientam o Curso de Especialização em Gestão Escolar.

2.1 DIREITO À EDUCAÇÃO

Hoje, todo o cidadão brasileiro tem garantido o direito de acesso e permanência na educação básica. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o ensino fundamental passou a ser um direito público subjetivo. Atualmente, desde a EC nº 59/2009, é obrigatório para pessoas de 4 a 17 anos, gratuito para todos e, quem não tiver tido acesso a esta etapa da escolaridade, na inexistência de vaga disponível, pode recorrer à justiça e exigir sua vaga.

A LDB 9394/96 reafirma o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Para Cury (2006, p.5-6):

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação. Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine que non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos.

Ainda citando Cury (2006), os princípios da igualdade, da pluralidade e da diversidade, contemplados na Constituição Federal, são fundamentais para o exercício do direito à educação. A igualdade pressupõe que todos tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento e deve ser assegurada e protegida pelo poder público. Então, a função social da educação escolar constitui-se num instrumento de diminuição das discriminações. A pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas é contemplada na nossa Constituição, explicitando que deve haver também a liberdade de ensinar; mas, de qualquer forma, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Há também o reconhecimento da diversidade das culturas existentes como o caminho necessário para a superação das tensões e conflitos; é fundamental a percepção das diferenças

étnicas, raciais, de gênero, nacionais, etc., rumo à construção e consolidação de uma sociedade democrática. Muitas políticas de igualdade e reconhecimento da diversidade no âmbito escolar têm sido desenvolvidas tais como: ênfase à escola inclusiva, introdução da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares, educação quilombola, educação no campo, educação intercultural indígena, elaboração de materiais pedagógicos para o enfrentamento da homofobia e do racismo.

Entretanto, conforme Mantoan (2006), nosso sistema educacional tem enfrentado muitas dificuldades para garantir escola para todos, mas de qualidade. Deve ser assegurado não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento dos estudos desses alunos, exigindo do Estado o cumprimento das leis, para atender às necessidades educacionais de todos. Para garantir o direito à educação é preciso estabelecer um padrão de qualidade, com profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à formação continuada, presencial ou à distância.

Ainda, conforme Mantoan (2006, p.26-27):

[...] nossa obrigação é fazer valer o direito de todos à educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos com e sem deficiência deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem.

Hoje, conforme a legislação em vigor, a escola regular exerce um importante papel formador, onde se reconhece e se valoriza as diferenças. No cotidiano escolar, temos preocupação constante com a frequência do aluno, com a qualidade na aprendizagem, com a atuação da APM e do Conselho Escolar, com a elaboração e cumprimento do regimento escolar e projeto político pedagógico, dentre outros. Todas essas ações contribuem para garantir a efetivação do direito à educação para todos.

2.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A gestão democrática do ensino público foi legitimada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que no artigo 206, diz: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI- gestão democrática no ensino público, na forma da lei.” Também contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a gestão democrática é assim colocada:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (LDB, 1996).

Na construção do projeto político-pedagógico é importante que a equipe assuma o princípio de que todas as crianças são capazes de aprender e que podemos melhorar as respostas educativas que, hoje, são oferecidas.

A literatura aborda a importância da gestão democrática, o papel do gestor e a presença do diálogo no processo democrático, enfatizando que não há cidadania sem o exercício de direitos e deveres, assim como não há cidadania entre desiguais.

Conforme nos ensina Galina:

Quanto ao projeto Político-Pedagógico, para que se possa falar em escola cidadã, autônoma e participativa, este deve ser construído coletivamente. Neste caso, a gestão democrática é responsável pela administração, elaboração e acompanhamento do projeto de educação, o qual, por sua vez, deve ser fundamentado em um paradigma de homem e de sociedade. Acrescentam-se, ainda, como valores e princípios da gestão democrática: o aluno como sujeito do processo, o Conselho escolar como eixo do poder, a coerência entre o discurso e a prática e o compromisso com a defesa dos direitos humanos. (GALINA, 2014, p.10)

Ao desenvolver uma gestão democrática podemos transformar a realidade da escola, garantindo a participação de todos os segmentos como: docentes, funcionários, discentes, pais e comunidade. É muito importante que se estabeleça um bom relacionamento entre esses segmentos e a direção da escola e, também, o comprometimento de todos para que se efetivem os processos democráticos de gestão escolar.

Também contribuem para o aprimoramento do processo educativo e exercício da democracia na escola a participação da Associação de Pais, Mestres e Funcionários, do Conselho Escolar e do Grêmio Estudantil.

Corroborando estas afirmações, Veiga (2013, p. 160) diz:

[...] A escola é um espaço relacional, um espaço sujeito a compromissos, colaboração e participação. É um espaço organizado de forma plural e diversa, que permite compreender a natureza desse espaço educativo, das relações e interações que aí ocorrem. A escola é um espaço onde se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros. (VEIGA, 2013).

Portanto, a participação consciente e comprometida dos envolvidos na construção do Projeto Político Pedagógico é fundamental para a concretização de uma escola e uma sociedade mais justa e mais solidária.

2.3 ESCOLA INCLUSIVA

A Declaração de Salamanca (1994), marco da incorporação legal da inclusão no Brasil, busca dar prioridade política e financeira ao aprimoramento dos sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Na referida Declaração, a inclusão escolar requer que os ensinamentos dados na sala de aula sejam flexíveis e atendam às necessidades de todos os alunos, a fim de formar cidadãos, que tenham acesso ao mercado de trabalho e sejam valorizados.

É importante também mencionar:

- a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, há mais de cinquenta anos, proclamou que toda pessoa tem direito à educação;

- a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, na qual consta que “a educação é um direito fundamental de todos, homens e mulheres, de todas as idades no mundo inteiro... que pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio e ambientalmente mais puro”. (CARVALHO, 2014, p.75).

Carvalho (2014, p. 108) refere que, atualmente, na maioria das escolas, os alunos com deficiência mental têm a sua aprendizagem limitada à socialização e ao desenvolvimento motor e psicomotor, o que não lhes garante as habilidades e competências requeridas para o exercício da cidadania plena. Desta forma, estão inseridos no ensino regular como “figurantes”, não correspondendo ao que se propõe o paradigma da educação inclusiva.

A proposta de inclusão é muito mais abrangente e significativa do que o simples fazer parte, sem assegurar e garantir a participação deste aluno em todas as atividades do processo ensino-aprendizagem, principalmente em sala de aula.

Então, o papel do gestor escolar deve ser o de buscar todos os recursos humanos, materiais e financeiros que permitam responder às necessidades educacionais especiais e promovam a aprendizagem de todos os alunos da escola.

A educação inclusiva é uma ação política, social, cultural e pedagógica, desencadeada em defesa dos direitos de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de exclusão ou discriminação. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares deve se pautar no respeito à diversidade, à singularidade e às particularidades de cada educando.

Nesse sentido, Carvalho afirma que:

[...] a diversidade hoje, constitui-se em tema central, pois muito se tem debatido sobre a diversidade social, cultural, de gênero, de capacidades, inclusive as comunicativas. Valorizar a diversidade entre as pessoas, principalmente no âmbito da educação, é uma das formas de ultrapassagem sonhada por Betinho, permitindo a todos “ser gente, mudar de futuro, mudar de mundo, não estabelecer limites”. É fugir da homogeneidade, dos estigmas e dos preconceitos. (CARVALHO, 2014, p.86).

A maioria dos professores considera-se despreparada para desenvolver a prática pedagógica comum para todos e, ao mesmo tempo, atender à diversidade, às diferenças individuais. Na sua formação não foram preparados para o trabalho com diferenças individuais significativas o que reforça a necessidade de formação inicial com qualidade e formação continuada efetiva desses educadores.

Por haver muita resistência por parte de alguns docentes é fundamental que se conscientizem da importância desta formação continuada para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

Citando Mantoan e Prieto (2006, p. 57):

[...] é fundamental a formação dos profissionais da educação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (MANTOAN; PRIETO, 2006)

Como a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais aumenta a cada ano, é importante que os professores busquem, por conta própria, a formação nesta área, sem ficar na dependência da oferta de cursos pela Secretaria de Educação. Hoje, são disponibilizados vários cursos gratuitos, que podem ser realizados à distância, através de sites na internet.

Ainda, conforme Mantoan e Prieto (2006, p. 57):

Assim, os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como, com base pelo menos nessas duas referências, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos.

A escola, sob a influência do princípio da inclusão é que deve se adaptar às necessidades dos alunos e, não os alunos às exigências da escola. Então, é preciso remover barreiras, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar e, principalmente garantir, o acesso, o ingresso e a permanência desses alunos na escola.

Tal como afirma Carvalho (2014), concordamos que:

[...] a escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as suas condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos, a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações. (CARVALHO, 2014, p.68).

Os sistemas educacionais inclusivos são fundamentados nos princípios democráticos e estabelecem programas, projetos e atividades que permitem o desenvolvimento pleno da personalidade dos indivíduos.

2.4 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

A formação continuada de professores, visando à inclusão de todos os alunos, objetiva tornar-se um espaço de sistematização de suas reflexões e de ativação da criação de oportunidades para ampliar o seu trabalho.

No contexto da inclusão é preciso que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos; isso implica na organização dos tempos e dos espaços de aprendizagem, nos agrupamentos dos alunos e nos tipos de atividades para eles planejadas. O professor precisa oferecer uma variedade e uma sequência organizada de atividades para eles planejadas, o que facilita a realização de um plano de estudo adaptado às necessidades reais de seus alunos.

Segundo Figueiredo (2006), a organização do espaço educativo é muito importante, onde refere que:

[...] é preciso revisitar essa noção de espaço educativo: espaço em torno da escola; espaço acolhedor e hospitaleiro; espaço apropriado para diferentes idades e níveis de desenvolvimento; espaço organizado e espaço ativo; espaço que documenta; espaço que ensina. (FIGUEIREDO,2006, p.93).

Então, para ser capaz de organizar situações de ensino e de adequar o espaço da sala de aula com o objetivo de oportunizar o acesso de todos os alunos às oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola, o professor precisa ter a consciência de que o ensino tradicional deverá ser substituído por uma pedagogia de atenção à diversidade.

É preciso mudar a sala de aula tradicional, onde o aluno não participa como sujeito, mas apenas recebe informações. É importante a participação ativa do aluno, considerando seus interesses e necessidades, mas com a mediação do professor. É por meio do diálogo, que é a chave da prática democrática, que se proporciona condições para que as crianças se tornem autônomas, adquirindo e consolidando suas aprendizagens.

Ainda, citando Figueiredo:

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como princípio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos, aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que portam algum tipo de deficiência. (FIGUEIREDO,2006, p.94).

As necessidades educacionais especiais dizem respeito, também, àqueles alunos que apresentam mais dificuldades que os demais da sua faixa etária, que possuem diferentes capacidades, interesses, ritmos e estilos de aprendizagem. Então, o professor precisa desenvolver ações que permitam atender à diversidade, apresentando variedade de atividades e contextos de aprendizagem, além de utilizar materiais diversos e dar mais tempo a determinados alunos.

Através do incentivo à formação continuada dos professores da escola, na área da educação inclusiva, pretende-se contribuir para a referida mudança.

2.5 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Na Constituição Federal de 1988 (CF/88), a educação é direito de todos e o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educativas especiais tem que ser efetivado preferencialmente na rede regular de ensino. Na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional - Lei n.º 9.394 de 1996 (LDBEN/96), especifica-se com mais detalhes como deve ser esse atendimento especializado, apresentando, em um capítulo denominado “Da Educação Especial” (Capítulo V), os seus dispositivos nos arts. 58, 59 e 60. E, mais recentemente, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual

[...] tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

Conforme Bersch (2006), o ensino especial, desde a Constituição de 1988, passou a ser um complemento da formação dos alunos com deficiência. Constitui-se num atendimento educacional especializado a todos os alunos que dele necessitarem, de forma complementar e em turno oposto àquele que frequentam na escola. O professor especializado vai atender o aluno naquilo que é específico à sua necessidade educacional e que o auxiliará a romper as barreiras que o impedem de estar, interagir, participar, acessar espaços, relações e conhecimentos. Neste atendimento o aluno tem acesso a práticas educacionais específicas como o aprendizado do Braille, soroban, orientação e mobilidade, Libras, comunicação alternativa, introdução e ensino de recursos de tecnologia assistiva, entre outros.

Bersch (2006) cita que a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação publicou o documento “Salas de Recursos multifuncionais. Espaço do Atendimento Educacional Especializado”, no qual afirma:

Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BERSCH, 2006, p.80).

O atendimento educacional especializado aparece como garantia da inclusão, pois ao acolhermos os alunos com deficiência, temos que proporcionar condições de aprendizado, em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano da escola. Este atendimento, de oferta

obrigatória dos sistemas de ensino, deve estar presente em todas as etapas e modalidades da educação básica. A relação dos professores de AEE com os docentes de classe regular deve ser garantida, pois disso depende o desenvolvimento da linha pedagógica.

Para Bersch (2006), a sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço da escola comum provido de materiais didáticos, pedagógicos e de tecnologia assistiva, onde trabalham profissionais com formação específica para o atendimento dos alunos com dificuldades educacionais especiais em razão de algum tipo de deficiência (auditiva, visual, motora, cognitiva, verbal), de transtornos globais de desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação. Chama-se sala de recursos multifuncionais precisamente porque nela se concentram materiais didáticos, equipamentos e profissionais aptos a atender, de forma flexível, aos diversos tipos de necessidades educacionais especiais.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º - O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (MEC, 2009)

Como nem todas as escolas possuem as salas de recursos multifuncionais, os alunos portadores de necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino de Encruzilhada do Sul, são atendidos pela educadora especial na escola mais próxima que disponibiliza esta sala. Estes alunos são conduzidos pelo transporte escolar e recebem atenção especial de acordo com suas especificidades.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Vamos definir aqui a metodologia empregada no desenvolvimento do Projeto de Intervenção, bem como as estratégias utilizadas para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Minayo (1994) conceitua metodologia como o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

Conforme a autora:

[...] Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (MINAYO, 1994, p.9).

A investigação em educação deve fundamentar seus objetivos na realidade da escola, partindo de um problema da vida prática, do cotidiano, sempre de acordo com o interesse da comunidade escolar. A investigação se inicia com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores. A esse conhecimento anterior, realizado por outros estudiosos e que ajudam a esclarecer o objeto de nossa pesquisa é chamado de teoria.

A escolha da pesquisa-ação como principal método de pesquisa, partiu do pressuposto de que a mudança é mais efetiva quando os sujeitos envolvidos estão implicados no processo e têm nele ativa participação.

Para Franco (2005, p.498), a pesquisa-ação é “uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática.” Para a autora, a pesquisa-ação requer, entre os pesquisadores, a instalação de um clima de cooperação, camaradagem e franqueza, num compromisso com a ação coletiva e com as finalidades do trabalho.

A utilização da pesquisa-ação possibilitou o conhecimento das concepções teóricas sobre essa metodologia e a pesquisa, abordada qualitativamente, prestou-se a um trabalho voltado para o processo em si, dando ênfase à participação e à mudança.

Na pesquisa qualitativa há uma preocupação com o processo social, dentro de um determinado contexto, pressupõe uma integração com o objeto de estudo e não pode ser quantificado.

Nesse sentido, Minayo(1994, p.11) define que:

[...] A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO,1994).

Este trabalho se desenvolve na técnica de pesquisa qualitativa, numa dimensão empírica, onde foram aplicados questionários com a diretora da escola e com quinze professores. As entrevistas foram realizadas com dez mães de alunos portadores de necessidades educacionais especiais e com quatro membros do Conselho Escolar, com a finalidade de coletar dados, que foram analisados nas reuniões de estudos e constituíram-se em material de apoio nas discussões e reflexões em grupo.

Foram selecionados cinco professores, onde o critério utilizado foi aquele professor que já teve ou tem aluno portador de necessidades educacionais especiais. Estes participaram dos encontros. Através das respostas dos professores e conversas informais, pude perceber as suas necessidades e expectativas em relação à sua formação em educação inclusiva.

Foi realizada uma análise documental, onde alguns trechos das atas das reuniões foram transcritas no capítulo das Ações Analisadas.

4 AÇÕES ANALISADAS

Este trabalho foi desenvolvido com a finalidade de articular com a equipe gestora, professores, funcionários e Conselho Escolar as adaptações necessárias na reorganização da Proposta Político Pedagógica da escola, de forma coletiva, dentro dos princípios da gestão democrática, numa perspectiva de educação inclusiva. Também se procurou incentivar a formação dos professores, para que percebam as potencialidades de cada aluno e que isso contribua para a melhoria na qualidade do ensino.

As ações postas em prática na escola, referidas no Projeto de Intervenção, resultaram de reflexões coletivas com o objetivo de reformular o Projeto Político Pedagógico da escola, numa perspectiva inclusiva.

Através do questionário respondido pela diretora da escola, percebe-se a sua preocupação em relação à inclusão escolar. A diretora referiu que, embora seja uma realidade a inclusão desses alunos, ainda há dúvidas e inseguranças, destacando a importância da formação continuada dos professores. Transcrição de trechos do questionário:

E- A inclusão dos alunos PNEE é aceita pelos docentes nesta escola?

Dir - A inclusão é aceita pelo grupo de professores, apesar de se manifestarem que não estão preparados para trabalhar com esses alunos.

E- A escola tem alguma adaptação para receber alunos PNEE? Quais?

Dir- As instalações da escola estão precárias, pois o prédio não foi construído como um espaço escolar, não sendo próprio para receber todos os alunos com necessidades educacionais especiais. Há só duas salas e dois banheiros com rampa de acesso. O refeitório é distante destas salas e localizado em outro prédio.

E- Quais as maiores dificuldades dos professores em trabalhar com PNEE?

Dir- Os professores não têm formação na área da inclusão. Pretendo estimulá-los a participarem de cursos de formação nesta área. É muito importante que seja oportunizado o intercâmbio entre professores, educadores especiais e os professores das salas de recursos. Como não possuímos a sala de recursos, os alunos frequentam, no turno inverso, a sala disponível em outra escola, atendidos pela educadora especial.

Através da aplicação dos quinze questionários, os professores prestaram seus depoimentos, considerando os processos vivenciados com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, onde obtive os seguintes dados:

- percebe-se que todos os professores referem que têm dificuldade em realizar atividades com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais;
- todos estão dispostos a participar de cursos de formação;
- somente um professor diz estar preparado, em parte, para atender os referidos alunos;

- todos os professores referem que é bom o relacionamento entre os alunos portadores de necessidades educacionais especiais e os colegas.

Nas entrevistas com as mães, verifica-se que a maioria escolheu esta escola por ser mais próxima da residência e por disponibilizar um monitor na sala de aula, o que não acontece na escola estadual.

Trecho da entrevista com uma mãe:

E- Por que escolheu esta escola para seu filho?

Mãe - Como já fui aluna desta escola, preferi matricular aqui meu filho, portador de necessidades educacionais especiais, pois tem um monitor na sala e os professores são muito atenciosos. Na escola estadual não tem monitor.

E- Em relação à aprendizagem de seu filho você notou algum progresso?

Mãe - Sim, ele progrediu muito na socialização e em conhecimentos, pois já está no quinto ano. Acompanho sempre as atividades de aula e o desenvolvimento do meu filho.

Os membros do Conselho Escolar revelaram que não têm conhecimento sobre a legislação a respeito da inclusão. O representante dos pais sugeriu que sejam estudadas essas leis nas reuniões do Conselho Escolar, o que está ocorrendo atualmente, pois houve a concordância dos outros membros.

4.1 REALIZAÇÃO DE ENCONTROS COM OS PROFESSORES

Os encontros foram realizados com os professores selecionados, cujo critério utilizado foi quem tem ou já teve na sala de aula, aluno ou alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Estes encontros serviram para informação sobre as questões que envolvem a inclusão destes alunos no ensino regular.

Nos encontros, após a apresentação de vídeos, as questões foram refletidas em grupo cujo registro consta no Livro de Atas de reuniões pedagógicas da escola, do qual se transcreve:

[...] a professora Mary (nome fictício) se manifestou dizendo que é muito importante a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pois na interação, na convivência com colegas, professores e funcionários da escola, a criança exercita potencialidades que serão essenciais para toda a vida. Como exemplo, citou o caso de sua aluna que é deficiente visual, que quando chegou na escola no ano passado, não conversava com ninguém e, hoje, interage com todos e manifesta sua opinião. O papel do outro é determinante no processo de desenvolvimento destas crianças, mas temos muito a aprender, pois neste caso, não temos conhecimento da escrita braile para alfabetizar esta aluna.

Nos referidos encontros, a professora Lucy (nome fictício) comentou, conforme registro em ata:

[...] é muito importante que o aluno incluído participe de todas as atividades, sendo que o currículo deve ser adequado em relação à deficiência ou necessidade do aluno. Como exemplo, citou o caso de uma aluna, que tem lábio leporino, não se fazendo entender oralmente, a qual realiza todas as atividades por escrito, onde verifica que a mesma consegue ler e interpretar os textos trabalhados, embora com lentidão e com o auxílio da monitora.

No último encontro foram comentados os textos: “A receita da inclusão” (Cesar, 2014, p.43), “Novas práticas e abordagens em uma escola para todos” (Santos, Schlünzen, Júnior, 2014, p.14) e “É preciso desenvolver culturas inclusivas” (Valdez, 2014, p.18), cujas considerações se transcrevem:

Em relação à inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais o Projeto Político Pedagógico precisa identificar as posturas e ações da escola para atender as especificidades desses alunos. Os projetos desenvolvidos pelos professores devem envolver todas as crianças, onde os alunos com necessidades especiais participam, dentro de suas possibilidades, sempre com o auxílio de um monitor.

A inclusão é muito mais do que matricular os alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular; consiste num movimento responsável, contando com uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares, num compromisso político, social e ético.

É preciso conhecer o aluno para, então, orientá-lo de maneira adequada. Então, é importante que a família forneça as informações a respeito da deficiência e/ou síndrome que a criança apresenta, para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O currículo precisa ser adequado, flexibilizado em função da deficiência ou necessidade do aluno. O professor, juntamente com o educador especial e equipe pedagógica da escola precisa determinar metas, intervenções e objetivos de aprendizagem específicos para os alunos que apresentam algum tipo de deficiência ou necessidade. A avaliação desses alunos deve refletir as adaptações realizadas.

Também no último encontro, foi elaborado o texto que consta no Projeto Político Pedagógico da escola no item relativo à inclusão dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, constante nos apêndices deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentaram-se neste estudo, os conceitos centrais que nortearam a sua realização, partindo dos princípios da Gestão Democrática Escolar e sua importância na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, bem como os fundamentos do direito à educação. Embora se encontrem muitas dificuldades para garantir escola para todos, é necessário que o ensino seja de qualidade, com professores motivados e que busquem atualização constante.

Foram definidos os procedimentos metodológicos necessários para o seu desenvolvimento, seguidos de uma reflexão sobre a escola inclusiva no Brasil, a formação continuada dos professores e o atendimento educacional especializado.

Este trabalho foi desenvolvido com a finalidade de articular com a equipe gestora, professores, funcionários e Conselho Escolar as adaptações necessárias na reorganização da Proposta Político Pedagógica da escola, de forma coletiva, numa perspectiva de educação inclusiva. Também se procurou incentivar a formação dos professores, para que percebam as potencialidades de cada aluno e que isso contribua para a melhoria na qualidade do ensino.

A inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em classes regulares, embora prevista em leis, tem um longo caminho a percorrer, pois é preciso que haja uma mudança de mentalidade e de valores que transcendem a escola e que incluem toda a sociedade.

Ao analisar as ações desenvolvidas, constato que foram atingidos os objetivos do Projeto de Intervenção, pois os professores que trabalham com alunos incluídos mostraram-se receptivos a participar do processo de planejamento e tomada de decisões em relação à reorganização do Projeto Político Pedagógico da escola, sendo construído o texto que consta no referido projeto da escola.

Os encontros para reflexão sobre o tema da inclusão escolar mostraram-se valiosos, visto que oportunizaram a aproximação dos pressupostos teóricos com a prática pedagógica cotidiana. Os professores que participaram dos encontros tiveram oportunidade de vivenciar novas experiências, novas formas de ver e pensar a escola, bem como se sentiram motivados a realizar cursos de formação nesta área.

Após as reflexões sobre a inclusão escolar, o conjunto dos professores, a equipe diretiva e a coordenação pedagógica da escola, concluíram que há necessidade de articular e adequar os planos de ensino, os planos de aula e a avaliação com o Projeto Político

Pedagógico. Tais medidas serão debatidas e definidas a partir do próximo ano letivo, envolvendo todos os professores da escola.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita – **O Desafio das Diferenças nas Escolas: O Atendimento Educacional Especializado como Garantia da Inclusão de Alunos com Deficiência.** novembro de 2006, Boletim 21. p.79-81, Salto para o Futuro/TV Escola/ SEED/MEC.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, p.5-6, 2012. Disponível em: www.mec.gov.br/secadi. Acesso em: 11 set.2015.

_____. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4/2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 11set.2015.

_____. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, out. 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** 10.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CESAR, David Pena Ramos. **A Receita da Inclusão,** Grupo A Educação, Porto Alegre (Revista Pátio, n.22, p. 42-43, set./nov.2014).

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2006, p.5-6. (Texto digitado).

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **O Desafio das Diferenças nas Escolas: Formação de Professores para a Inclusão.** Boletim 21, novembro de 2006, p.92-95, Salto para o Futuro/TV Escola/ SEED/MEC.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. (Texto digitado)

GALINA, Irene de Fátima. **Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública,** 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.

SANTOS, Danielle; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya; JUNIOR, Klaus Schlünzen. **Novas práticas e abordagens em uma escola para todos**, Porto Alegre: Grupo A Educação (Revista Pátio, n.22, p.14-17, set./nov.2014).

VALDEZ, Daniel. **É Preciso Desenvolver Culturas Inclusivas**, Porto Alegre: Grupo A Educação (Revista Pátio, n.22, p.18-21, set./nov.2014).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Gestão, projeto político- pedagógico e avaliação** – Revista Retratos da Escola, Brasília, nº 12, p.159-166, jan/jun.2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - GESTOR ESCOLAR

A presente pesquisa fará parte do trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão Escolar – 4ª edição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Observação: Abreviatura utilizada – PNEE: portador de necessidades educacionais especiais.

1. A escola tem alguma adaptação para receber alunos PNEE? Quais?

.....
.....

2. Os professores são capacitados para receber alunos PNEE?

.....
.....

3. Existem alunos PNEE nesta escola?

.....

4. Qual a sua visão sobre a inclusão de alunos PNEE na escola de ensino regular?

.....

5. Quais as maiores dificuldades dos professores em trabalhar com PNEE?

.....

6. Qual é a relação das famílias dos PNEE quanto a sua aprendizagem?

.....
.....

7. A inclusão dos PNEE é aceita pelos docentes nesta escola?

.....
.....

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM DOCENTES

NOME:.....

A presente pesquisa fará parte do trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão Escolar – 4ª edição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Observação: Abreviatura utilizada – PNEE: portador de necessidades educacionais especiais.

1. Considerando o processo de inclusão dos estudantes PNEE, você tem dificuldade para desenvolver suas atividades? Quais?

.....
.....
.....

2. Qual a sua opinião em relação à inclusão dos alunos PNEE no ensino regular?

.....
.....
.....
.....

3. Como você percebe o relacionamento entre o aluno PNEE e os colegas na sala?

.....
.....
.....

4. Você se sente preparado (a) para atuar com alunos PNEE?

.....
.....

5. Estaria disposto (a) a participar de um curso sobre inclusão?

.....

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM FAMILIAR DE ALUNO PNEE

A presente pesquisa fará parte do trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão Escolar – 4ª edição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Observação: Abreviatura utilizada – PNEE: portador de necessidades educacionais especiais.

1. Por que escolheu esta escola para seu filho?

.....
.....
.....

2. Qual a sua expectativa em relação ao desenvolvimento do seu filho?

.....
.....
.....

3. Está satisfeito(a) com o atendimento dispensado ao seu filho?

.....
.....
.....

4. Em relação à aprendizagem de seu filho você notou algum progresso?

.....
.....
.....

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR

A presente pesquisa fará parte do trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão Escolar – 4ª edição da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Observação: Abreviatura utilizada – PNEE: portador de necessidades educacionais especiais.

1. Você conhece e convive com pessoas PNEE? Onde?

.....
.....

2. Qual a sua opinião quanto à inclusão de alunos PNEE no ensino regular?

.....
.....
.....
.....

3. Você acha que a escola está preparada para acolher os alunos PNEE?

.....
.....

4. Você tem conhecimento sobre a legislação sobre a inclusão?

.....

5. Você propõe alguma mudança na escola quanto ao atendimento dos alunos PNEE? Quais?

.....
.....

APÊNDICE E - TEXTO ELABORADO PARA O PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Concepção de inclusão: A inclusão é muito mais do que matricular os alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular; deve consistir num movimento responsável, contando com uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares, num compromisso político, social e ético.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares deve se pautar no respeito à diversidade, à singularidade e às particularidades de cada educando.

Conforme Montoan (2006), “nossa obrigação é fazer valer o direito de todos à educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos com e sem deficiência deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem”.

Em relação à inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais a escola determina que:

- Os projetos desenvolvidos pelos professores devem envolver todas as crianças;
- Nas turmas onde há alunos portadores de necessidades educacionais especiais, o professor conta com o auxílio de um monitor;
- O professor, em conjunto com a coordenação pedagógica e laboratório de aprendizagem, deve obter com a família, todas as informações a respeito do aluno incluído;
- O professor, com o auxílio do educador especial, deve determinar metas, objetivos e intervenções de aprendizagem específicas para os alunos que apresentam algum tipo de deficiência ou necessidade;
- O professor deve adotar metodologias diversas e motivadoras;
- A avaliação desses alunos deve refletir as adaptações realizadas, com o registro (portfólio) do desempenho e avanço dos mesmos.